ASSEMBLEIA Projeto ajusta sistema previdenciário dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas do estado ao aprovado pelo Congresso

Rui Costa pede urgência na tramitação da Previdência

RAUL AGUILAR

Foi publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) de ontem o pedido de urgência para tramitação do projeto de lei que altera o sistema previdenciário dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas do estado da Bahia, nos moldes previstos pela Emenda Constitucional nº 103, que promoveu uma reforma na previdência dos servidores da União.

"Agora, de fato, chegou à Casa a convocação extraordinária de iniciativa do governador Rui Costa (PT) onde apresenta alguns projetos e, em especial, a PEC que ajusta a previdência do estado da Bahia ao regramento geral aprovado pelo Congresso Nacional", disse o líder do governo na Alba, o deputado estadual Rosemberg Pinto (PT). Em resposta ao A TARDE, o governo do Estado afirmou que "tem urgência em aprovar a reforma para garantir a maior diminuição possível do rombo fiscal". O custo do chamamento extraordinário, já que os deputados se encontram em recesso, fica em torno dos R$ 3,2 milhões. O valor é resultado de dois salários, atualmente de R$ 25,3 mil cada, pagos na forma de abono aos parlamentares que se fizerem presentes nas férias.

O líder do PT na ALBA garante que o texto será apreciado terça-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). "Indicaremos o relator e, com isso, obviamente, estaremos atendendo aos ajustes regimentais para iniciar a votação em plenário", explica Rosemberg.

Termina hoje, às 18h, o prazo formal para apresentação de emendas, que precisam de 21 assinaturas, um terço do plenário. Após esse processo, o texto seguirá para discussão nas comissões, e depois será levado à votação, que ocorrerá em dois turnos. A expectativa é de que esses dois turnos devam ocorrer de forma sequencial, já que o texto tramita em caráter de urgência.

Sandra Travassos / Alba/ 17.12.2019

Termina hoje o prazo formal para apresentação de emendas, que precisam de 21 assinaturas, 1/3 do plenário

Pedido de urgência Foi publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba)

Bastidores

Nos bastidores, fala-se de acordo entre o governador Rui Costa e o prefeito ACM Neto (DEM) para que o texto não tenha resistência da oposição, já que Neto deve enviar logo em seguida a proposta de reforma na previdência municipal à Câmara dos Vereadores de Salvador, e espera que a tramitação transcorra com a mesma celeridade.

"É preciso que a Bahia se adeque à Reforma da Previdência, conforme estabelece a Portaria nº 1.348, do Ministério da Economia, para não ser impedida de receber investimentos, contrair empréstimos e realizar operações de crédito", afirmou o governo do Estado em nota divulgada ontem. O governo estima que sejam economizados R$ 800 milhões de reais com as mudanças.

O projeto prevê alterações que provocam a reação de entidades sindicais. Na última terça-feira (7), membros da Central Única de Trabalhadores (CUT) e de sindicatos de profissionais da Bahia fizeram uma manifestação em frente à Alba e se reuniram com deputados para exigir que o caráter de urgência seja retirado do texto e que ele seja colocado em discussão.

O coordenador da Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia (Fetrab) e diretor jurídico do Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (Sindsefaz), Joaquim Amaral, criticou o aumento da contribuição previdenciária dos servidores. "Esse projeto vai aumentar a alíquota previdenciária de 14% para 15%, para os servidores que ganham acima de R$ 10 mil. É um aumento para os servidores que já tiveram aumento da alíquota no ano passado, mas estão sem reajuste salarial há 5 anos. Com uma defasagem salarial que chega a 28% do total recebido", crítica Amaral. O coordenador da Fetrab disse que aposentados e pensionistas vão pagar a conta "de forma cruel".

"Para aposentados e pensionistas, a regra diz hoje que ele só contribui para a previdência sobre a parcela que excede o teto do regime geral, ou seja, R$ 5.839,45. Com o projeto do governo, o teto de isenção cai para três salários mínimos (R$ 2.811). Quem antes era isento, hoje pode pagar até R$ 369,60 ao Funprev. É a parcela de um carro ou de um apartamento que será retirado da conta do servidor. O governo tenta transferir para o servidor o custo da previdência", lamenta o diretor jurídico do Sindisefaz.

Amaral diz que a proposta do governo estadual, em alguns pontos, é mais dura do que a do governo Bolsonaro. "Na reforma federal, o pensionista pode começar com 50% da pensão e mais 10% para cada dependente. Aqui, começaria com 40% e 20% para cada filho. Se não tiver filho, será prejudicado. Qual é o aposentado que morre e deixa filho pequeno?", desabafa Amaral.

LEGISLATIVO

Campos Neto prevê aprovação da autonomia do BC no 1º trimestre

ANDREIA VERDÉLIO
Agência Brasil, Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que o projeto de autonomia da instituição pode ser aprovado ainda no primeiro trimestre deste ano no Congresso Nacional. "É sempre uma prerrogativa do Legislativo. Quando decidimos colocar [a previsão] no primeiro trimestre, entendemos que existe um ambiente legislativo propício para aprovação", disse, em entrevista, para apresentar os resultados da Agenda BC#, que reúne ações estratégicas do banco para os próximos anos.

A autonomia do BC é garantida com a perda do status de ministro de Estado do presidente do banco e com mandato fixo para o presidente e diretores da instituição, não coincidente com o do presidente da República.

Há dois projetos em tramitação no Congresso, um no Senado, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em novembro do ano passado, e outro na Câmara, encaminhado pelo governo em abril de 2019. Segundo Campos Neto, as duas matérias podem ser anexadas, mas isso vai depender do Legislativo.

O presidente do BC disse que tem conversado com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para discutir as prioridades e dar andamento à tramitação do projeto que está na Casa, mas reafirmou que esse é um processo legislativo.

Sobre a possibilidade de um mandato duplo para o Banco Central, Campos Neto entende que não é "uma forma eficiente de operar". Nesse modelo, a instituição persegue dois objetivos, o controle de inflação e o crescimento econômico.

No Brasil, há apenas o controle da inflação e, para alcançar a meta, em 4% para 2020, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, atualmente definida em 4,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Outra expectativa do presidente do BC para o primeiro trimestre é aprovar o projeto de lei sobre a legislação cambial, encaminhado em outubro ao Congresso.

Marcelo Camargo / Agência Brasil

Presidente do BC diz que tem conversado com Rodrigo Maia (DEM-RJ)

TRAMITAÇÃO

Pacote de trânsito pode ser retirado do Congresso Nacional

DA REDAÇÃO

O pacote de alterações no Código de Trânsito Brasileiro, hoje em tramitação no Congresso, pode ser retirado pelo presidente Jair Bolsonaro, diante da resistência do relator em bancar as medidas mais polêmicas.

Bolsonaro diz que apresentará, inicialmente, um projeto para tratar especificamente da validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Ele deseja que a renovação deixe de ser obrigatória de cinco em cinco anos e passe para 10 em 10. O relator na Câmara, Juscelino Filho (DEM-MA), aceita alterar a periodicidade, mas até 45 anos; depois disso, a cada 10.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA

PREGÃO PRESENCIAL 01/2020. Dia 22/01/2020 às 9h. Objeto: Aquisição de 01 Veículo tipo PICK-UP/FURGÃO. Menor preço global. Edital/Informações: na CPL, Pç. 19 de Setembro, 02, de 8 às 12h. Ibipeba/Ba, 10/01/2020. Edésio Micael S. Mendonça. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA-BA

Fica REMARCADA a LICITAÇÃO Nº 346-2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213-2019. Objeto: Aquisição de cadeira em fórmica para atender as escolas da Rede Pública Municipal de Ensino. **Tipo:** Menor preço. **Data:** 29/01/2020 às 08h30. Informações no Departamento de Licitação e Contratos - Av. Sampaio, nº 344, Centro, nos dias úteis, das 08hs30 às 12hs00 e das 14h00 às 17h30. Tel.: 75 3602-8345. Edital no site: www.feiradesantana.ba.gov.br. Feira de Santana, 09/01/2020. Mylene Cândida Magalhães Ferreira – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2020/SRP

A Pregoeira interina, designada pelo Decreto nº 05/2020, torna público aos interessados que realizará no dia **06 de fevereiro de 2020 às 09h,** através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**. Objeto: seleção das melhores propostas para eventual fornecimento parcelado de gêneros alimentícios visando o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social- SMAS, Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS e Fundo de Habitação e Interesse Social- FHIS, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificações constantes no Edital e Anexos. O Edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.santoantoniodejesus.ba.io.org.br, no Acesso à Informação: Licitações e Contratos – Íntegra. Santo Antônio de Jesus, 09 de janeiro de 2020. Simone Araujo Gonçalves. Pregoeira Interina.